Reconhecimento internacional

Clara Marinho, 37 anos, foi nomeada pela ONU (Organização das Nações Unidas) uma das 100 pessoas afrodescendentes mais influentes do mundo com menos de 40 anos em 2021. A lista tem outros nomes brasileiros, como Gil do Vigor e Taís Araújo. O evento de reconhecimento e premiação foi no mês passado, em Nova York, em cerimônia do MIPAD (Most Influential People of African Descent). Especialista em orçamento público relacionado a gênero e raça, Clara quer conduzir as questões da população negra usando uma linguagem descomplicada.

A jornada dela no serviço público é marcada pela participação em medidas como a aprovação das cotas raciais em cargos públicos e a PEC das domésticas. Em paralelo à atuação como servidora no Ministério da Economia, promove também o debate por meio de conteúdo na web, produzindo textos e podcasts.

Pode-se dizer que essa história começa em 2002, quando Clara entrou para a Universidade Federal da Bahia (UFBA), seu estado de origem. Lá, formou-se em administração. Em 2009, mudou-se para Brasília para trabalhar no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Cepir), onde era responsável pela articulação entre estados e municípios na promoção da igualdade racial. Sem trajetória anterior de militância, o letramento racial crítico que tem hoje começou e cresceu com os quatro anos de trabalho na secretaria. A história, de lá para cá, tem sido de muito trabalho e muitas conquistas.

"Entrei na universidade em um período pré-ações afirmativas. Discutíamos, à época, se as cotas não iriam baixar o desempenho universitário, por exemplo", avalia. Se, em um primeiro momento, a universidade não foi um grande espaço de politização para pautas raciais e de gênero, com as quais ela trabalha hoje, a vida conduziu para que isso viesse depois. "Sempre gostei de políticas sociais, então, fui buscando trabalhar na área. Com o tempo, veio um incômodo intelectual. Passei a ansiar por um espaço de diálogo mais amplo."

Foi nesse contexto, querendo dividir a inquietação que sentia com outras pessoas, que Clara passa a desenvolver projetos no Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, em parceria com o Fundo Baobá. Feito por e para mulheres negras, ele busca avançar de forma coletiva em prol da equidade racial. Ela teve contato com mulheres quilombolas, mulheres que trabalham na área criminal, professoras universitárias e outras tantas que estão à frente do movimento negro há tempos.

"Tive contato com pessoas da Jamaica, do continente africano, da China, também colegas da América do Sul, como do Peru, que têm dificuldade de reconhecer a contribuição negra na história do país. Acabou sendo uma rede potente de formação e articulação", conta. As Nações Unidas, então, reconheceram a diferença que estava sendo feita. E foi dessa natureza coletiva que veio a nomeação da ONU.

Desde cedo

Muito grata, a servidora entende o reconhecimento como convite para atuar ainda mais diretamente nos direitos das pessoas negras. E, como cidadã, tem se aprofundado nas questões de raça e gênero e orçamento público.

Mãe de dois, Clara trabalha a consciência racial dos pequenos com eles: "Meus filhos têm absoluto entendimento que a família baiana, pela minha parte, é negra, e que eles próprios têm a pele mais escura. Explico tudo para que saibam desde cedo que são negros, para que se reconheçam como tal e entendam que têm amor para receber e para dar. Afinal, uma das características do racismo é a desumanização, como se a pessoa negra não fosse merecedora de carinho".

Inclusive, por acreditar que o sonhar e o afeto devem estar presentes nas vidas das crianças, Clara tem se dedicado a escrever materiais infantis para tratar da questão racial de maneira lúdica.

Enfrentamento educacional

Autora do livro *Educação das Relações Étnico-Raciais Análise da Formação de Docentes*, Dalila Fernandes de Negreiros, 36, pesquisa a questão racial desde 2008. Natural de São Paulo, mudou-se para Brasília ainda criança, com 4 anos, acompanhando a mãe, que era servidora pública. E, aqui, iniciou uma trajetória ativa na luta pelos direitos das pessoas negras.

Na Universidade de Brasília (UnB), formou-se em geografia. "Entrei na UnB em 2005, exatamente no início do período das ações afirmativas. Havia uma organização do movimento negro muito atuante na universidade chamada EnegreSer — Coletivo Negro do DF e Entorno. E a minha formação política aconteceu dentro do EnegreSer", conta. O período na UnB foi essencial no debate que ela passou a disseminar em Brasília e no Brasil.

As conquistas dividiam palco, ainda assim, com o racismo institucional: "Na universidade, eram poucos os professores negros, e os currículos dos departamentos desconsideravam intelectuais negros e o debate racial", pontua. Nesse sentido, ela reforça que não é raro encontrar, até hoje, livros de geografia com análises e expressões racistas, ou que ignoram pessoas negras e o continente Africano.

Arquivo pessoal

Na universidade, eram poucos os professores negros, e os currículos dos departamentos desconsideravam intelectuais negros e o debate racial"

Dalila Fernandes de Negreiro,
geógrafa, professora e
pesquisadora das questões raciais

Em 2009, políticos entraram com uma representação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra as cotas. Foi quando Dalila e um grupo de pessoas formaram o Nosso Coletivo Negro — NCN-DF. Eles participaram na ação junto com o Movimento Negro Unificado para representar os estudantes negros no STF. "Depois de 10 anos, continuo fazendo parte do grupo, que defende políticas de igualdade racial para a população negra", diz. Fazem atividades de formação de professores, denúncias e propõem políticas públicas.

"Também publicamos um jornal sobre a questão racial, chamado *Nosso Jornal*. Vamos lançar a próxima edição no dia 20 de novembro", conta. Atualmente, Dalila faz doutorado em African and African Diaspora Studies, na University of Wisconsin-Milwaukee, nos Estados Unidos.